

RUDIMENTOS PARA O EXAME DA URBANIZAÇÃO EM SUA FASE CRÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL¹

Maurício Sogame

Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia
da Unesp – Presidente Prudente-SP e Professor no
Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

O acirramento das formas de segregação socioespacial representa um dos traços mais expressivos da atual fase crítica da urbanização da sociedade. Assim sendo, refletir acerca das dinâmicas de segregação socioespacial significa, também, de certa forma, pontuar as contradições do capitalismo contemporâneo. Para tanto, não pretendemos, neste texto, fazer uma “arqueologia” do conceito, mas apenas assinalar alguns princípios mínimos para o entendimento das formas de diferenciação e segregação socioespacial em regiões metropolitanas. De início, faremos um breve cotejamento entre as idéias de dois grandes teóricos da questão urbana, Castells e Lefèbvre²; em seguida abordaremos como a cisão das diversas esferas da vida, promovida pelo modo capitalista de produção, proporcionou a criação de lugares especializados e diferenciados; adiante analisaremos o surgimento do urbanismo racionalista (a cidade funcional) em decorrência do crescimento urbano, principalmente da expansão perifé-

rica, notadamente nas áreas metropolitanas; a formação de lugares separados, descontínuos e segregados do ponto de vista social e espacial; por fim, faremos pequenos apontamentos sobre a segregação socioespacial e a agudização da crise dos fundamentos do moderno sistema produtor de mercadorias.

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL SEGUNDO CASTELLS E LEFÈBVRE

Tanto Castells quanto Lefèbvre refletiram sobre o conceito de segregação. É bem verdade que em nenhum momento os dois pensadores discorrem sobre o caráter de uma segregação de ordem especificamente socioespacial, mas é possível identificar que é dessa questão que se trata. As abordagens são muito diferenciadas entre si, não precisamente quanto à forma como a segregação se apresenta no espaço, mas, sobretudo, quanto à análise do fenômeno.

Em seu mais importante livro sobre o estudo das cidades, “A Questão Urbana”, Castells (1983) examina, a partir da distribuição das

1. O presente artigo é a versão adaptada de um capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “Metropolização e segregação socioespacial: o loteamento Jardim Gianetti em Ferraz de Vasconcelos-SP”, defendida em 1999, na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente-SP.

2. Apesar de terem sido os teóricos da chamada “Ecologia Urbana”, principalmente o pensamento que se gestou em torno da “Escola de Chicago”, os primeiros a tratarem da segregação urbana, priorizamos, neste texto, abordar apenas o pensamento teórico que tem como aspecto comum o campo marxista de análise.

residências pelo espaço, a forma como as características das moradias e de suas populações estão diretamente relacionadas aos tipos e níveis das instalações e funções residenciais. Para Castells, a distribuição dos locais de residência obedece às leis gerais da distribuição dos produtos e, portanto, para o autor, em função de uma gama de elementos, que variam de acordo com o nível de renda, do *status* profissional, do nível de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Castells afirma, por conseguinte, existir uma *estratificação urbana* que corresponderia, em paralelo, ao sistema de estratificação social, esta condicionada pelo nível de distribuição/apropriação dos produtos do sistema social. Assim, quando os níveis da distribuição dos produtos, isto é, o distanciamento social entre aqueles que conseguem se apropriar dos meios de consumo coletivos e os que a esses meios não têm acesso, provocam uma forte expressão espacial, falamos não mais de uma estratificação urbana, mas de *segregação urbana*.

A segregação urbana seria, em uma primeira aproximação, “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia” (Castells, 1983, p. 210).

Nesses termos, tanto Castells como Lefèbvre têm visões que se assemelham. Para Lefèbvre (1983), em sua obra “La Revolución Urbana” a segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças. Lefèbvre ainda procura esclarecer a confusão existente entre diferença, separação e segregação. A diferença está ligada à idéia de relações percebidas ou concebidas, enquanto a separação e a segregação estão ligadas à idéia de rompimento da relação. Estas últimas constituem-se em uma “ordem totalitária, cujo objetivo estratégico é romper a totalidade concreta, destruir o urbano” (Lefèbvre, 1983, p. 139).

Enquanto a existência da diferenciação permite a troca de informações, o intercâmbio en-

tre os diferentes e as diferenças (pessoas e lugares), a segregação propicia o inverso, conduzindo a um espaço homogêneo e fragmentado que impossibilita a comunicação e o encontro. Lefèbvre (1983), ao contrário de Castells (1983), que faz análise de um estudo de caso (as cidades norte-americanas), não se preocupa em estabelecer as especificidades da constituição de um espaço residencial e sua relação com a segregação urbana. Contudo, é possível, mediante outros textos, compreender a posição de Lefèbvre e mesmo fazer uma crítica à visão de Castells.

Para Castells (1983), a estrutura do espaço residencial e da segregação urbana sofre a ação hierarquizada das estruturas da sociedade capitalista, segundo o esquema triplo Economia, Política e Ideologia (EPI). No nível econômico, a segregação obedeceria à lógica da distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica desse produto que é a moradia; além disso, não somente as diferenças de localidades interferem na segregação urbana, mas também a capacidade de deslocamento e acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana. No nível político-institucional, o poder local tenderia a reforçar a segregação urbana na medida em que as políticas públicas serviriam para atender aos interesses da fração dominante de cada unidade administrativa. No nível ideológico, a relativa autonomia dos símbolos ideológicos produziria interferências nas leis econômicas de distribuição dos indivíduos entre tipos de moradia e de espaço ocupado, assim como a situação social de determinadas comunidades e sua implantação espacial poderiam reforçar tendências à autonomização ideológica, isto é, à constituição, em certos grupos, de *subculturas ecologicamente delimitadas*. Por outro lado, afirma Castells, na mesma medida em que a segregação reforça as distâncias sociais e espaciais, pode, em igual medida, ter um sentido dinâmico, transformando a diferença em contradição, influenciando também no nível da luta de classes.

O espaço urbano, para Castells, seria formado por esta estrutura constituída pelos sis-

temas econômicos, políticos e ideológicos, dotados de relativa autonomia. Esta leitura, de forte inspiração estruturalista, provém, segundo Gottdiener (1997), do desejo de Castells de aplicar ao espaço urbano os mesmos conceitos utilizados por Louis Althusser para estudar a formação social capitalista. O espaço urbano, de acordo com essa perspectiva, é entendido como um subsistema. O subsistema urbano apresentaria práticas homólogas às da estrutura maior, atuando segundo as mesmas leis que coordenam a formação social capitalista.³

Lefèbvre (1968, 1972, 1983), por outro lado, rejeita os postulados da interpretação estruturalista. A posição de Louis Althusser seria expressamente anti-humanista e anti-histórica. Lefèbvre et al. (1968) criticam Althusser, afirmando que esse autor introduz na leitura de Marx conceitos oriundos de alhures, como o de estrutura, decupagem, cesura etc., na tentativa de criar uma “metalinguagem marxista”, que acaba por se tornar um “discurso sobre o discurso”.⁴ Com relação a Castells, as diferenças de interpretação em relação a Lefèbvre estão na forma de entendimento quanto à construção de uma teoria do espaço e ao papel do Estado e dos movimentos sociais.⁵

Em Lefèbvre (1972), a partir das idéias de Marx, o espaço urbano é uma construção histórica. E essa abordagem histórica, e não historicista, da cidade aproxima-nos de Lefèbvre ao mesmo tempo que nos afasta de Castells.

Para Lefèbvre (1972), a cidade é a sede de um monstruoso poder econômico e político. Ligada às forças produtivas, a cidade também se constitui como força produtiva e, em sua evolução histórica, as categorias econômicas se impõem na cidade como categorias dominantes. Assim, na sociedade moderna, o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) chega a dominar o espaço social (o espaço integrado de comunhão social). Desse modo, o espaço social perde a sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas, pulverizando-se em “guetos” distintos. Os lugares segre-

gados da cidade moderna não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e setores dominados.⁶

A segregação socioespacial, assim como a cidade moderna, é uma forma historicamente determinada e, portanto, pode ser interpretada e suprimida. A emergência da segregação socioespacial pode ser mais bem entendida se, mediante a realidade das formas atuais de ordenação territorial, pudermos compreender a sua “gênese”, o caminho do seu processo de manifestação e, conforme Lefèbvre (1972, p. 108), “a gênese do sistema urbano como etapa de uma gênese mais ampla que é a do valor de troca generalizado do mundo da mercadoria e do dinheiro, numa palavra, do capital”.

A CISÃO DAS ESFERAS DA VIDA

São perceptíveis as diferenciações que existem no interior das grandes cidades. Um simples olhar sobre a paisagem urbana, acompanhando, se possível, o seu traçado de uma extremidade a outra, é capaz de revelar significativas diferenças em sua estruturação. Essas cidades comportam uma grande diversidade de usos (público/privado, trabalho/moradia, deslocamento/descanso, etc.) e funções (residencial, comercial, industrial, cultural, política, administrativa). Tal variedade de usos/funções reflete no território uma espacialidade diferencial, com especialização e concentração de atividades em determinados lugares da cidade.

A diferenciação dos lugares no interior das cidades não tem nada de acidental. Ela resulta de um processo historicamente determinado, que se revela em sua maior plenitude no moderno sistema econômico, principalmente a partir do advento da indústria moderna. Não que a cidade antiga e a medieval fossem desprovidas de diferenciações. O caso da Roma antiga é extremamente significativo tanto pelo papel político exercido na cidade, pois era necessário administrar um grande império, como pela especialização e pela divisão social e territorial do trabalho obtidas graças aos exce-

3. Em edições posteriores de “A Questão Urbana”, Castells procura fazer uma autocrítica em relação às influências recebidas das obras de Althusser: “Desse ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser” (Posfácio de 1975, p. 549). Ou ainda: “Por outro lado, o esquema teórico-formal proposto revelou-se muito cedo uma combinatória lógica, vazia de conteúdo intelectual, tanto pelo seu excessivo formalismo como pela sua dependência geral do falido edifício althusseriano, intento póstumo de reconstrução do marxismo dogmático” (Prefácio à edição brasileira de 1981, p. 10).

4. Do mesmo modo que Castells, também Althusser realiza a sua autocrítica. Ver “Elementos de Autocrítica”. In: Althusser, Louis. Posições-2. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

5. Sobre as diferentes abordagens de Lefèbvre e Castells, ver Gottdiener (1997), principalmente o capítulo 4.

6. Citado em Gottdiener (1997, p.131).

dentos alimentares produzidos no campo. Já na Idade Média, as cidades episcopais e os burgos eram bem menos complexos, em virtude do pequeno dinamismo econômico, servindo as primeiras para a administração eclesiástica e os últimos como lugares fortificados para a defesa e refúgio da aristocracia feudal.⁷

Por isso, quando começa a industrialização, a cidade já é uma poderosa realidade.⁸ A cidade pré-industrial, do comércio e das corporações de ofício é o ponto de partida da cidade moderna, assim como a acumulação “primitiva” do capital, segundo Marx (1985), é anterior à acumulação capitalista e precede uma acumulação que não é resultado do modo capitalista de produção, mas sim seu ponto de partida. No entanto, para a reflexão sobre a segregação socioespacial é a industrialização e seus corolários, isto é, o trabalho assalariado, o capital, a moderna propriedade fundiária, o valor etc., que fornecem os instrumentais para o estudo das cidades hodiernas.

A economia moderna se desenvolve à medida que a esfera capitalista da produção industrial se desvincula das demais esferas da vida, como a habitação e a cultura, em termos do uso do tempo e do espaço em seu cotidiano. Com isso, a produção sensível das condições materiais da vida é cindida, pois é necessária a existência de trabalhadores “livres”, em um duplo sentido: livres porque não pertencem aos meios de produção, como escravos e servos, e podem assim dispor da sua força de trabalho para vendê-la ao capitalista; e livres porque os meios de produção não lhes pertencem e, portanto, são desprovidos das condições necessárias de realização autônoma de sua força de trabalho.

Mas a história do surgimento do trabalhador livre, do assalariado, não ocorreu de forma instantânea, ao contrário, foi um longa luta até que o modo capitalista de produção se impusesse como o modo de produção dominante. A origem das relações de produção capitalistas e a história de sua afirmação e hegemonia foram marcadas pela violência e pela expropriação do homem do campo.⁹

O trabalho assalariado surge diretamente ligado à cidade assim como a Revolução Industrial, que teve por palco, desde o início, a área urbana. Mas não aconteceu o mesmo com a Revolução Manufatureira, que se orientou, pelo menos em seu princípio, contra a cidade, conquistando-a de fora para dentro (Singer, 1990).

Com a produção cada vez maior de mercadorias, impulsionada pelo trabalho “livre” e pelo desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo supera o primeiro momento da sua história, a acumulação primitiva. As relações de troca ampliam-se: o dinheiro (D), equivalente geral, deixa de ser apenas um mediador entre as necessidades do indivíduo, produtor direto, para adquirir certas mercadorias (M) que não era capaz de produzir (M – D – M) e passa a ter um fim em si mesmo (D – M – D).

A maior possibilidade de realização do valor, isto é, da materialização do trabalho abstrato, confere ao espaço urbano a capacidade de ser *locus* privilegiado de formação, realização e repartição (apropriação) da mais-valia. A cidade, dessa forma, fornece aquilo que Lefèbvre (1972, p. 132) chama de pano de fundo da sociedade burguesa: “a cidade é o palco constante no qual se movimentam as categorias econômicas, o salário, o capital, o sobreproduto e a mais-valia, desempenhando as suas cenas e seus dramas”.

A evolução da cidade no tempo e no espaço será a manifestação das condições materiais e humanas de produção da vida. E a maior expressão das diferenças de classes no território estará diretamente relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de produção em cada época.

A atual estruturação da cidade, a sua configuração territorial, a distribuição das classes pelo território, as hierarquias intra-urbanas e intra-regionais etc. têm relação direta com as próprias bases materiais do modo de produção hegemônico, a sua evolução (produção e reprodução), os processos de acumulação do capital e suas crises.

7. Sposito (1988). Para aprofundar sobre o assunto ver também Singer (1990).

8. “A partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as cidades começam a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária, obtida pela usura e pelo comércio. Nesses centros prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura” (Lefèbvre, 1969, p. 10).

9. Ou, nas palavras de Marx: “a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 1985 [1867], p. 262).

O URBANISMO RACIONALISTA

Lugar privilegiado das categorias econômicas, a cidade moderna é também espaço de inúmeras experiências de políticas de ordenamento territorial. E, dentre as várias correntes do urbanismo, cabe destacar as idéias gestadas a partir dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e da *Carta de Atenas*.

Os princípios do CIAM e da *Carta de Atenas* influenciaram numerosas agências e órgãos governamentais de planejamento, ajudando a construir, no último século, uma cidade funcionalista e segregada. Segundo Lamas (1993), os postulados da *Carta de Atenas* obrigariam a isolar, separar e arrumar as principais funções da cidade: o habitar, o trabalhar, o lazer e os deslocamentos necessários ao desempenho dessas atividades.¹⁰

As diversas funções exercidas nas cidades, segundo os burocratas do planejamento governamental influenciados pelos postulados da *Carta de Atenas*, deveriam ter a sua área de solo específica. Isso implicou, no território das cidades, a existência dos zoneamentos urbanos, áreas exclusivas ou semi-exclusivas onde cada atividade deveria exercer a sua função. Veja, por exemplo, o caso dos zoneamentos industrial, comercial e os vários tipos e hierarquias de zoneamento residencial – ZR-1, ZR-2, ZR-3 etc., que estabelecem limites de adensamentos, parcelamento do solo, verticalização, entre outros, e propiciam as condições legais (jurídicas) para a existência da segregação socioespacial.

Várias críticas foram feitas à cidade funcionalista e aos males por ela provocados, principalmente quanto à habitação social. A utilização indiscriminada do racionalismo modernista ajudou a criar inúmeros conjuntos habitacionais de feições monótonas, sem vida e sem identidade. Uma das críticas mais contundentes foi a de Lefèbvre (1983). Para esse autor, as estratégias urbanísticas ocultam e dissimulam os sentidos fundamentais de controle e domínio do espaço, oprimindo o “usuário”, o “participante”, o “habitante”, relegando-o a uma simples função de habitar (a habitação como

função), como também à função de comprador de espaço onde se realiza a mais-valia. Com isso, o espaço se caracteriza como lugar de funções, das quais a mais importante e mais oculta é a de formar, realizar e repartir de forma nova o excedente de toda a sociedade (ou seja, no modo capitalista de produção, a mais-valia global). Para Lefèbvre existem vários urbanismos: o da vertente humanista, que propõe utopias abstratas; o dos promotores imobiliários, que vendem urbanismo, isto é, felicidade, “estilo de vida”, *standing*; e o do Estado, como atividade que se dissocia dele mesmo, em vontade e representação, em instituições e ideologias.¹¹

A emergência de uma racionalidade do espaço urbano¹², quer dos urbanistas, quer do Estado, dos promotores imobiliários e do capital, só acontece em virtude da ampliação populacional (em decorrência da necessidade de força de trabalho para a produção de mercadorias) e territorial (em virtude do aumento da divisão social do trabalho) da cidade e dos inúmeros papéis que esta passa a desempenhar. A cidade, no século XIX, “deixa de ser uma entidade física delimitada para alastrar pelo território, dando início ao aparecimento de ocupações dispersas e à indefinição dos perímetros urbanos” (Lamas, 1993, p. 204). As cidades expandem os seus limites, incorporando novas áreas, com o surgimento de áreas periféricas em torno do núcleo principal.

Em princípio, as classes sociais que buscavam construir suas habitações na periferia eram as de maior renda. Segundo Lamas (1993), as primeiras realizações de subúrbios datam do final do século XVIII, construídos no tempo de Jorge II, nos arredores de Londres. Eram habitações de “qualidade”, em meio a jardins e parques. Essas realizações pioneiras ampliaram-se no século XIX, pois a industrialização provocou a deterioração das áreas centrais e as habitações nos subúrbios surgiram como possibilidades, oferecidas pelo desenvolvimento dos transportes e pela disponibilidade de espaço, para a localização de moradias de baixa densidade na periferia da cidade.

10. “A lógica funcionalista zonifica a cidade por funções e determina a concepção urbana por sistemas independentes – o sistema de circulações, o sistema habitacional, o sistema de equipamentos, o sistema de trabalho, o sistema de recreio etc. – sistemas esses que se localizam no território autonomamente, em função de lógicas próprias e problemas específicos” (Lamas, 1993, p. 303).

11. A monumentalidade das edificações e dos projetos do urbanismo nazista, para ficarmos em apenas um único exemplo, é emblemática quanto às representações ideológicas que podem ser transmitidas por meio do Estado.

12. Essa racionalidade urbanística, própria do ideário iluminista, se manifesta, segundo Lefèbvre, “como o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa, cujo espaço, ilusoriamente neutro e não político, constitui o objeto (objetivo)” Lefèbvre (1983, p. 169).

Benévolo (1983) também ressalta a deterioração do núcleo antigo em decorrência do processo industrial: as ruas estreitas já não suportavam o aumento do trânsito, as casas diminutas e compactas não comportavam a hospedagem devido ao aumento da densidade populacional e os palácios e edifícios monumentais eram abandonados por causa das revoluções sociais e divididos em pequenas moradias improvisadas. Assim, explica Benévolo (1983, p. 565), “as classes sociais abastadas abandonam gradualmente o centro e se estabelecem na periferia”. A periferia, segundo esse autor, é o resultado do rápido crescimento das cidades na época industrial.

PERIFERIA E CRESCIMENTO PERIFÉRICO

A segregação socioespacial está também relacionada à idéia de periferia, porém as noções de periferia (como as de centro e centralidade) são dinâmicas e se alteram ao longo do espaço-tempo. Hoje pode-se dizer que existe tanto uma segregação espacial da população pobre como uma auto-segregação da população rica.

Com a expansão periférica, muitas áreas “novas” incorporadas à cidade, pela precariedade da habitação, localização (distante e descontínua às áreas centrais), dificuldades de transporte e ausência de infra-estrutura urbana acabam por se constituir em áreas de segregação socioespacial.

Entretanto, em virtude da extrema fragmentação da cidade moderna, nem todas as áreas periféricas podem ser consideradas áreas de segregação socioespacial. Existe um gradiente, uma hierarquia de áreas periféricas. Essa hierarquia pode ser: a) do ponto de vista da distância em relação a uma determinada localidade, uma vez que quanto mais distantes do centro urbano principal, quanto mais os bairros se localizam na extrema periferia da cidade, tanto menores serão os níveis de renda e tanto maiores as precariedades do habitar; b) do ponto de vista da maior/menor ausência/presença de

infra-estrutura urbana, é possível encontrar bairros que dispõem de rede de água, esgoto e luz elétrica, mas não têm asfaltamento; outros, que têm esses serviços, mas não têm equipamentos, como escolas e postos de saúde; outros, onde se encontram até mesmo loteamentos (sobretudo os “ilegais”), que muitas vezes não dispõem de nenhum dos serviços, infra-estrutura e equipamentos acima mencionados, procurando, por meio da clandestinidade, suprir algumas dessas necessidades.

Nos loteamentos periféricos destinados às classes de menor poder aquisitivo, ao contrário daqueles voltados às classes de alta renda, a distância e o deslocamento, principalmente em função dos locais de trabalho, apresentam-se como um grande obstáculo à reprodução da força de trabalho, da mesma forma que apresentam problemas relativos à carência de meios de consumo coletivo.

Para Bonduki & Rolnik (1979), existiriam duas formas de definição de periferia: uma geográfica, referindo-se a espaços distantes do centro metropolitano, e outra sociológica, designando os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Para esses autores, a utilização do termo periferia é feita de forma indiscriminada. Assim, propõem uma outra definição, baseada na renda da terra. A periferia seriam então parcelas do território da cidade que apresentariam baixa renda diferencial. Portanto, localidades de urbanização recente, geralmente mais mal servidas de equipamentos urbanos e por isso mesmo áreas de baixa renda diferencial.

Essa definição de periferia apoiada em localidades que apresentam baixa renda diferencial está ligada ao conceito que os autores têm de segregação urbana. Para Bonduki & Rolnik (1979), a segregação é provocada essencialmente pela manutenção, na sociedade capitalista, da propriedade privada da mercadoria terreno urbano como forma dominante de ocupação do espaço.

A utilização dessa definição de periferia revela alguns inconvenientes. Primeiro, existem algumas controvérsias sobre a aplicação da

teoria da renda da terra ao espaço urbano.¹³ Segundo, a manutenção da propriedade privada como forma dominante de ocupação do espaço não é, no nosso entendimento, o fator essencial de formação de periferias e lugares de segregação socioespacial, pois a terra, explica Lefèbvre (1972), como mercadoria, está subordinada ao mercado, que faz da terra um “bem” comercializável, dependente do valor de troca e da especulação; deve-se, portanto, articular o entendimento da propriedade privada e da renda da terra no capitalismo à compreensão do mercado, do valor, das relações monetárias, isto é, do capital.¹⁴ Terceiro, esta definição não valoriza os aspectos territoriais e impossibilita compreender os espaços segregados e distantes de uma localidade central voltados às classes de alta renda, tidos também como periféricos. Acreditamos, porém, que não existe uma relação unívoca entre precariedade da moradia, segregação socioespacial e periferia. Essas condições evoluem contraditoriamente e são resultados de um sistema social que, de forma contraditória, produz a riqueza e dissemina a pobreza.

De outro lado, nas áreas periféricas destinadas às classes de maior poder aquisitivo, os problemas da distância (deslocamento) e da ausência de infra-estrutura urbana não têm a mesma conotação. Esses loteamentos normalmente se localizam próximos às grandes vias de circulação rodoviária, facilitando o transporte individual privado, pois o problema que se apresenta não é o tamanho da distância, mas o tempo gasto para percorrer determinado percurso. Os equipamentos e os serviços de consumo coletivo também não se colocam como problemas, na medida em que o forte poder aquisitivo, além do alto poder de persuasão política, possibilita o atendimento privado dos interesses coletivos: escolas e hospitais particulares, segurança, etc.

Por isso, Paviani (1996, p. 186) afirma existir dois tipos de periferia: “aquelas que são ocupadas pelos destituídos e as que são ocupadas pelas classes privilegiadas”. Os novos loteamentos periféricos, de alto padrão, destinados

a essas classes privilegiadas, são lugares altamente segregados ou mesmo auto-segregados, já que se trata de uma atitude de isolamento “voluntária”. Esses loteamentos, implantados na forma de condomínios fechados, com espaços de circulação privados, vigiados e monitorados por sofisticados aparelhos de controle e segurança, delimitam um espaço próprio destinado à moradia, ao lazer, ao consumo e ao trabalho das classes mais aquinhoadas. A análise desses novos lugares ainda não concebeu um termo apropriado para designá-los, a utilização do conceito *subúrbio* é por demais imprópria e a do conceito *nova periferia* não é a mais conveniente para a nossa formação social. Talvez o termo mais apropriado seja o utilizado por Caldeira (1997), que denomina esses loteamentos de *enclaves fortificados*. Ao contrário das fortificações medievais, construídas para defesa contra os inimigos externos, essas novas fortificações têm como objetivo apartar as classes ricas do convívio social com o diferente (o pobre) e as diferenças (a pobreza), ao mesmo tempo em que procuram defender-se e resguardar-se contra a degradação social e a violência generalizada.¹⁵

Essas novas formas de assentamento humano, segundo Sposito (1999), conjugadas, entre outros, com diferentes processos, como o das novas lógicas de comportamento espacial das empresas industriais e o das novas estratégias de localização dos equipamentos de consumo de mercadorias e serviços – a exemplo dos hipermercados, *shopping centers*, centros empresariais e de exposições, enfim, novos espaços para consumo de bens e serviços localizados, na maior parte das vezes, em áreas anteriormente não loteadas e/ou pouco ocupadas – redefinem a relação centro-periferia.¹⁶

O espaço urbano nas grandes metrópoles é hoje extremamente complexo. Em algumas áreas periféricas, é possível notar diversas formas de uso do solo, formando um grande “mosaico” urbano. Por outro lado, algumas regiões da periferia, que nem sempre condizem com aquelas áreas localizadas mais distantes do centro histórico e ou econômico-financeiro do

13. A teoria da renda da terra esboçada por Marx e aplicada para entender o mundo rural apresentaria, segundo alguns teóricos, uma série de problemas quando transposta para o entendimento do meio urbano, já que Marx não teve as condições necessárias para elaborar uma teoria da renda da terra específica à cidade.

14. “Naquelas [sociedades] em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo. Deve-se constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca.” (Marx, 1974 [1857], p. 122).

15. E. Soja utiliza a denominação “cidade carcerária” para caracterizar os processos de segregação socioespacial em metrópoles do Primeiro Mundo como Los Angeles. “Diz-se que Los Angeles, como nenhuma outra metrópole, tem mais telefones sigilosos, mais casas muradas e vigiadas por guardas armados, mais edifícios de alta segurança, mais guardas de quarteirão, e tabuletas de <os intrusos serão alvejados>” (Soja, 1996, p. 164-165).

16. “É a natureza dessa trama urbana distendida, de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição” (Sposito, 1999, p. 89).

momento, singularizam-se pela indiferenciabilidade. Tais regiões constituem-se naquilo que Maricato (1996) chama de imensas regiões nas quais a *pobreza é homoganeamente disseminada*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, portanto, que o mesmo sistema social que produz a riqueza e o espaço da riqueza também produz a miséria e seu respectivo espaço. A segregação socioespacial ganha os contornos do sistema social dominante, ao mesmo tempo em que age sobre a sociedade recriando novas formas de viver e sobreviver na cidade.

Nas grandes cidades, agravam-se as diferenças sociais (exclusão) e espaciais (segregação) entre as pessoas. A fragmentação das diversas esferas da vida social e seu aprisionamento segundo os interesses do capital foram a primeira grande cisão da vida moderna, pois permitiram a emergência de novas relações de produção e de um novo “estilo” de vida fundado no dinheiro, no trabalho assalariado e na mercadoria. A ampliação da divisão técnica e social do trabalho e o desenvolvimento de novas forças produtivas aumentam ainda mais as desigualdades sociais e espaciais.

A segregação socioespacial da população pobre nas periferias das metrópoles brasileiras

está também impregnada deste estigma do “pecado original” do moderno sistema econômico produtor de mercadorias, que separa, de um lado, os detentores do capital e dos meios de produção e, de outro, os detentores da força de trabalho. E, na fase atual de crise da sociedade dominada pela mercadoria e seu fetiche, a segregação revela os seus traços mais excludentes. Isso porque “a produção de riqueza se desvincula cada vez mais, na seqüência da revolução microeletrônica, do uso da força de trabalho humano” (Grupo Krisis, 1999, p. 11). As políticas de racionalização empresarial, impulsionadas pela busca de maior competitividade no mercado globalizado, levam ao desemprego estrutural, pois o aumento da produtividade ultrapassa a capacidade do capital de valorizar o trabalho vivo no processo produtivo. As conseqüências são o aumento da miséria e da segregação socioespacial, tanto da pobreza quanto da riqueza.

Assim, observamos que, nas últimas décadas, a contínua expansão das metrópoles brasileiras em direção às suas porções mais longínquas apresenta a distinção social e espacial da produção de dois tipos diferenciados de segregação: o da população rica e o da população pobre. Ambas constituindo-se em formas urbanas caracterizadas pela produção de espaços homogêneos, descontínuos, fragmentados e hierarquizados.

REFERÊNCIAS

- BENÉVOLO, L. *História da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983. p. 551-658.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho. In: (MARICATO, E.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p. 117-154.
- BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.
- GRUPO KRISIS. Manifesto contra o trabalho. *Cadernos do Labor*, São Paulo, n. 2, jun. 1999.

- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LEFEBVRE, H.; GOLDMAN, L.; MAKAVIUS, R. *Debate sobre o estruturalismo*. Paris: Documentos, 1968.
- LEFEBVRE, H. *La revolución urbana*. Madri: Alianza, 1983.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1974 [1857].
- _____. *O capital*. Livro I, Tomos II e III. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- PAVIANI, A. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS et al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.182-90.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOGAME, M. *Metropolização e segregação socioespacial: o loteamento Jardim Gianetti em Ferraz de Vasconcelos*. 1999. ____f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – (Faculdade de Ciências e Tecnologia), Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, SP. 1999.
- SOJA, E. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos E.U.A.: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS et al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.154-168.
- SPOSITO, M. E. B. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, p. 71-85, set./dez. 1996.
- _____. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

RESUMO

Este artigo procura, por meio do exame do conceito de segregação socioespacial, fazer alguns apontamentos para análise do processo de urbanização e sua crise. Apresenta um breve cotejamento entre as idéias de Castells e Lefèbvre, aborda a fragmentação espacial promovida pelo modo capitalista de produção, faz uma análise concisa das implicações socioespaciais do urbanismo racionalista e de como o crescimento periférico e suas novas dinâmicas, em áreas metropolitanas, contribuem para a formação de lugares apartados, descontínuos e segregados do ponto de vista social e espacial.

PALAVRAS-CHAVES

Segregação socioespacial – urbanização – fragmentação – periferia – metrópole – crise

RÉSUMÉ

L'article cherche a travers le concept de segregation socio spatiale a analyser le processus d'urbanisation e sa crise. Il presente un debat entre les idées de Castells et Lefèbvre. Il s'occupe de la fragmentation spatiale promue par le mode capitaliste de production, fait une analyse synthétique des implications socio spatiales de l'urbanisme rationaliste et de la forme comme la croissance périphérique et ses nouvelles dynamiques, dans l'aire metropolitaine, contribue pour la formation de lieux apartés, discontinus du point de vue social et spatial.

MOTS-CLES

Segregation socio spatiale – urbanisation – fragmentation – périphérie – métropole – crise